

Proposta poderá facilitar acordo

Washington — O ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, mencionando avanços na assembléia anual do FMI e do Banco Mundial, expressou satisfação com a proposta do secretário norte-americano do Tesouro, James Baker, no sentido de o FMI criar um novo fundo para financiar contingências. Bresser Pereira admitiu que a proposta pode até facilitar "eventuais acordos futuros" entre o Brasil e o organismo multilateral.

O discurso de Baker propondo mudanças radicais no Fundo Monetário, para imprimir maior ênfase ao desenvolvimento e financiar contingências fora do controle dos países, é um novo progresso para dar flexibilidade aos países devedores em seus programas, assinalou Bresser.

Mas à margem dos discursos, o ministro da Fazenda da Grã-Bretanha, Nigel Lawson, declarou que os governos credores do Brasil estão exigindo que o País faça um acordo para reprogramar seus compromissos atrasados com o FMI.

Passo positivo

Sobre a proposta de Baker, Bresser considerou ainda: "É um passo positivo, dado que essa nova facilidade compensaria, entre outras coisas, as quedas de receita de exportação, e substituiria a atual facilidade de financiamento compensatório".

O ministro acha também que a proposta facilita as negociações com os bancos e disse contar com a simpatia de Washington nas suas conversas com os credores.

Ao comentar que a assembléia foi positiva, Bresser Pereira frisou que o Brasil, México e Argentina ganharam terreno no fóro econômico mundial. Ele considerou que os avanços principais no tratamento da dívida foram "o reconhecimento de que a crise é maior

do que se pensava, a existência de uma responsabilidade compartilhada, o fato de se poder utilizar medidas fora do receituário do FMI e a aceitação da idéia de se reduzir a dívida mediante conversão em títulos".

Confusão

Com relação às propostas brasileiras para renegociar sua dívida de cerca de 70 bilhões de dólares com os credores privados, Bresser Pereira explicou que "os banqueiros estão confusos e como estão ocorrendo mudanças muito grandes, levará semanas até que as coisas se esclareçam".

Os bancos querem que o Brasil faça um pagamento simbólico. Bresser Pereira chegou a admitir que poderia fazê-lo, sem entretanto interromper a moratória decretada em fevereiro passado. Depois recusou.

O ministro da Fazenda informou que os banqueiros também "estão preocupados com a situação política do Brasil e querem ao mesmo tempo um acordo antes de 26 de outubro e do fim da Constituinte".

No dia 26 de outubro, pelas normas dos Estados Unidos, os credores devem decidir a reclassificação dos débitos brasileiros, possivelmente rebaixando-os de valores.

Enquanto a Constituinte brasileira não conclui os seus trabalhos, o quadro de incerteza leva os bancos a pensarem num acordo de curto prazo.

Radicais

Bresser Pereira, que em momento algum apoiou acordos provisórios não deixou de criticar o que chamou de "radicais de direita e esquerda que não querem a reintegração do Brasil na comunidade financeira internacional".

O secretário britânico da Fazenda sugeriu que os brasileiros devem

chegar a um acordo com os bancos e que os governos não devem intervir nas negociações. Com a moratória, o Brasil suspendeu o pagamento de compromissos do Clube de Paris, com quem tem uma dívida de 14 bilhões de dólares e que foi parcialmente renegociada em 1986 e 1987.

O Clube advertiu, há dias, que o Brasil devia pagar os compromissos atrasados (500 milhões) e procurar logo um acordo com o FMI.

Bônus

Nigel Lawson não quis tecer comentários sobre as propostas que o Brasil apresentou, na sexta-feira, ao Comitê de Assessoramento dos bancos credores, incluindo a conversão de parte da dívida em bônus com juros mais baixos do que os de mercado.

"Essa proposta de bônus é coisa do Brasil e seus bancos comerciais credores e se chegarem a um acordo, ótimo", frisou o secretário britânico.

"Onde os governos entram é na questão dos empréstimos oficiais e, agrupados no Clube de Paris, já deixaram bem claro que não consideram nenhuma reprogramação para o Brasil enquanto esse país não levar seu caso ao Fundo Monetário Internacional", enfatizou Lawson.

Terça-feira, em meio a intensas negociações com os bancos japoneses, que mais do que todos os outros gostariam que o Brasil fizesse um pagamento simbólico que lhes permitissem fechar suas contas sem rebaixar os créditos, tanto Bresser Pereira quanto o presidente do Banco Central, Fernando Milliet, e ainda o assessor para a dívida, Fernão Bracher, disseram por diversas vezes que o país não fará pagamentos parciais nem aos japoneses em particular, nem às demais instituições.